

PREGÃO ELETRÔNICO – COMPRASGOV Nº 90022

022/2026

CONTRATANTE (UASG)

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE DE
SERTÃOZINHO/SP – SAEMAS
UASG nº 927.301

OBJETO

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DE SOFT STARTER E INVERSORES DE FREQUÊNCIA PERTENCENTES À AUTARQUIA, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, TRANSPORTE DO EQUIPAMENTO (RETIRADA/DEVOLUÇÃO), NOS TERMOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E ANEXOS.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia **01/07/2026** às **09h** (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço por lote

MODO DE DISPUTA:

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



Baixe o APP Compras.gov.br
e apresente sua proposta!



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026
(Processo Administrativo nº 003/2026)
UASG nº 927.301
EDITAL Nº 022/2026

O **SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE DE SERTÃOZINHO – SAEMAS**, torna público que se acha aberta, nesta unidade, situada à Rua Jordão Borghetti, n.º 250, Jardim Recreio, Sertãozinho, SP, CEP 14.170-120, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e [DECRETO MUNICIPAL 8.109 DE 24 DE MARÇO DE 2023](#), ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação de **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DE SOFT STARTER E INVERSORES DE FREQUÊNCIA PERTENCENTES À AUTARQUIA, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, TRANSPORTE DO EQUIPAMENTO (RETIRADA/DEVOLUÇÃO), NOS TERMOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E ANEXOS**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada pelo valor global.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam na minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no





SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica,





financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo





econômico.

3.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.12.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos,





bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.6.1. Em havendo item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

4.6.2. Em havendo itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei](#)





Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.4 ou 3.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.10. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.





4.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário e total do lote;

5.1.2. Marca, modelo e Fabricante;

5.1.3. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;

5.1.3.1. **Divergências existentes de especificações entre o CATMAT/CATSERV e as especificações técnicas contidas no Edital, prevalecerão aquelas contidas no Edital.**

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de





exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES





- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a Pregoeira e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do lote.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance *de valor inferior* ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta **incidirá sobre o valor global do lote e será de R\$ 1.000,00 (um mil reais)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.





- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a pregoeira, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com a Pregoeira, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para a pregoeira persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pela Pregoeira aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação





automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#).

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. Os licitantes classificados que estejam enquadrados no item 5.19.1.1, na ordem de classificação, serão convocados para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para igualar ou superar a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame.

6.18.6. Caso a preferência não seja exercida na forma do item 5.19.1.1, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no item 5.19.1.2, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de





preferência, aplicando-se a mesma regra para o item 5.19.1.3 caso esse direito não seja exercido.

6.18.7. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº](#)





12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, a pregoeira poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.20.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.20.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.20.4. A pregoeira solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.20.5. É facultado à pregoeira prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.21. Após a negociação do preço, a Pregoeira iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, a pregoeira verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:





- 7.1.1. SICAF;
- 7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria- Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e
- 7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).
- 7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).
- 7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, a Pregoeira diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 7.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, a pregoeira verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.5.1 e 3.6 deste edital.
- 7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, a pregoeira examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).





7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.7.1. conter vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência da pregoeira, que comprove:

- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

- 7.9.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;
- 7.9.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado.
- 7.9.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.
- 7.9.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à





diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.10. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.11. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

7.11.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;

7.11.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da





contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

7.11.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

7.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.13. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.14. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.15. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.16. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.17. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

7.18. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

7.19. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pela Pregoeira, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.





7.20. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), a Pregoeira analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

7.21. Caso o Termo de Referência exija prova de conceito, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado pela pregoeira, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias úteis da data estabelecida para sua realização, para executá-la, visando aferir o atendimento dos requisitos e funcionalidades mínimas da solução de tecnologia da informação e comunicação, conforme disciplinado no Termo de Referência.

7.22. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a realização da prova de conceito.

7.23. A prova de conceito será realizada por equipe técnica designada, responsável pela aferição do atendimento dos itens estabelecidos, e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes, mediante registro formal junto à pregoeira.

7.24. Todas as despesas decorrentes de participação ou acompanhamento da prova de conceito são de responsabilidade de cada um dos licitantes.

7.25. A equipe técnica elaborará relatório com o resultado da prova de conceito, informando se a solução apresentada pelo licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar está ou não de acordo com os requisitos e funcionalidades estabelecidas.

7.26. Caso o relatório indique que a solução tecnológica está em conformidade com as especificações exigidas, o licitante será declarado vencedor do processo licitatório e, caso indique a não conformidade, o licitante será desclassificado do processo licitatório.

7.27. Caso o relatório indique que a solução foi aprovada com ressalvas, as não conformidades serão listadas e o licitante terá prazo de 3 (três) dias úteis, não prorrogáveis, a contar da data de ciência do respectivo relatório, para proceder aos ajustes necessários na solução e disponibilizá-la, para a realização de testes complementares, para aferição da correção ou não das inconformidades indicada.

7.28. Poderá ser considerada aprovada com ressalva a solução que, embora possua





todas as funcionalidades previstas na Prova de Conceito (PoC), venha a apresentar falha durante o teste.

7.29. Caso o novo relatório indique a não conformidade da solução ajustada às especificações técnicas exigidas, a licitante será desclassificada do processo licitatório.

7.30. Não será aceita a proposta da licitante que tiver a prova de conceito rejeitada, que não a realizar ou que não a realizar nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

7.31. No caso de desclassificação do licitante, a pregoeira convocará o próximo licitante, obedecida a ordem de classificação, sucessivamente, até que um licitante cumpra os requisitos e funcionalidades previstas na PoC.

7.32. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o





somatório dos valores de cada consorciado.

8.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo





proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

8.12. A verificação pela pregoeira, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação da pregoeira.

8.12.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

8.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.13.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para ([Lei 14.133/21, art. 64](#), e [IN 73/2022, art. 39, §4º](#)):

8.14.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do





certame; e

8.14.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, a pregoeira examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de





habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.1.1. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.2. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.3. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.saemas.com.br, link de licitações.

10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS





9.1. Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado terá o prazo de até 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

9.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:

- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
- (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Administração.

9.3. A ata de registro de preços poderá ser assinada por meio digital.

9.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no termo de referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

9.5. O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

10.1. Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

10.1.1. Dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

10.1.2. Dos licitantes que mantiverem sua proposta original

10.2. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou





fornecedores registrados na ata:

10.2.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado;

10.2.2. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

10.3. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

10.3.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

10.3.2. Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

10.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

10.4.1. Convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

10.4.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pela pregoeira durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não





manter a proposta em especial quando:

- 11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- 11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;
- 11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 11.1.5. fraudar a licitação;
- 11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - 11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 11.1.8. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 11.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - 11.2.1. advertência;
 - 11.2.2. multa;





- 11.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 11.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de **10 (dez) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
- 11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Federal direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.





11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado





do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, na própria plataforma de realização do pregão, no sistema do Comprasgov.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pela Pregoeira.

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública





observarão o horário de Brasília - DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico www.saemas.com.br, Link licitações.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.11.1. ANEXO I - Termo de Referência;

13.11.2. ANEXO II – Minuta de Ata de Registro de Preços;

13.11.3. ANEXO III – Cadastro de Reserva;

13.11.4. ANEXO IV – Minuta do Termo de Contrato;

13.11.5. ANEXO V - Modelo de Proposta Comercial

13.11.6. ANEXO VI – Modelo de Declaração Conjunta





SAEMAS

A Serviço do futuro de Sertãozinho



Sertãozinho, 12 de junho de 2026

RENAN ALVES BRANDÃO
DIRETOR ADMINISTRATIVO



S A E M A S - Serviço de Água, Esgoto e Meio Ambiente de Sertãozinho - CNPJ 07.750.478/0001-88
Sede Administrativa: Rua Jordão Borgheti, 250 - Jd Recreio - CEP 14170-120 - Sertãozinho - SP
Operacional: Rua Abílio Alves Teixeira, 566 - Jd Alvorada - CEP 14166-120 - Sertãozinho - SP
PABX 16 3946-4646 - Atendimento ao cidadão: 0800-010-4646
Acesso ao web-site: www.saemas.com.br



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

INFORMAÇÕES GERAIS

Órgão ou entidade demandante: Departamento Serviços

Responsável pelas informações: Alexandre Roberto da Silva

1. CONCEITUAÇÃO DO OBJETO

1.1.Objeto a ser contratado

1.1.1. REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DE SOFT STARTER E INVERSORES DE FREQUÊNCIA PERTENCENTES À AUTARQUIA, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, TRANSPORTE DO EQUIPAMENTO (RETIRADA/DEVOLUÇÃO), NOS TERMOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E ANEXOS.

1.2.Natureza do objeto

1.2.1. O objeto do presente certame enquadra-se como serviço comum, conforme definido no parágrafo único, do art. 6º, Inciso XIII da Lei Federal 14.133/21, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade do objeto estão objetivamente definidos neste Termo de Referência, tendo como base especificações usuais no mercado.

1.3.Justificativa da contratação





1.3.1. Considerando que a Autarquia faz uso de equipamentos eletroeletrônicos essenciais, como soft starters e inversores de frequência, indispensáveis ao funcionamento contínuo e eficiente de seus sistemas operacionais, torna-se necessária a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção corretiva desses dispositivos.

1.3.2. A manutenção desses equipamentos requer conhecimentos técnicos específicos, mão de obra qualificada e disponibilidade de peças compatíveis, não sendo viável a execução por equipe interna devido à complexidade e especificidade dos serviços. Além disso, a inoperância prolongada de tais equipamentos pode gerar prejuízos operacionais, riscos de paralisação dos serviços prestados e, conseqüentemente, impacto negativo à coletividade atendida.

1.3.3. Diante desse cenário, optou-se pela realização de processo licitatório, com vistas à contratação de empresa única vencedora, a fim de assegurar:

- a) Padronização do atendimento técnico, garantindo que todos os serviços sigam os mesmos parâmetros de qualidade e segurança;
- b) Agilidade no atendimento às ocorrências, com a disponibilização de suporte imediato sempre que houver necessidade de reparos;
- c) Redução de custos administrativos, evitando a realização de diversas contratações fragmentadas;
- d) Cumprimento da legislação vigente, assegurando a ampla concorrência e a seleção da proposta mais vantajosa à Administração.

1.3.4. Assim, justifica-se a contratação, de empresa especializada em manutenção de **soft starters e inversores de frequência**, mediante contrato com fornecedora única vencedora do certame, garantindo continuidade, eficiência e economicidade na execução dos serviços.

1.4. Há legislação especial que deva ser considerada na contratação?

1.4.1. Não.





1.5.Requisitos da contratação

1.5.1. Contratação de empresa de especializada para manutenção de softstartes e inversores de frequência de propriedade da Autarquia, conforme especificações de Termo de Referência e normas técnicas ABNT correspondentes.

1.5.2. A Contratação desse serviço está alinhada com o planejamento estratégico do SAEMAS em conformidade com os seus objetivos.

1.5.3. A empresa deverá atender os seguintes requisitos:

- a) Fornecer peças e componentes **originais ou de primeira linha**, com garantia de fábrica e dentro das especificações técnicas exigidas pelos fabricantes dos equipamentos (soft starter e inversor de frequência);
- b) Realizar a **devolução obrigatória das peças substituídas** à Autarquia, para fins de controle e conferência;
- c) Disponibilizar relatórios técnicos detalhados de cada manutenção realizada, contendo diagnóstico, peças substituídas e serviços executados;
- d) Garantir mão de obra **especializada e certificada**, assegurando que os serviços atendam aos padrões de qualidade e segurança;
- e) Cumprir prazos de atendimento previamente estabelecidos, a fim de evitar paralisações prolongadas dos equipamentos;
- f) Permitir a **presença e acompanhamento de funcionário do SAEMAS** durante a execução dos serviços, garantindo transparência e fiscalização;
- g) Oferecer garantia mínima dos serviços prestados, responsabilizando-se por eventuais falhas decorrentes da execução ou de peças fornecidas.
- h) A empresa deve manter uma equipe técnica qualificada
- i) Manter o número de funcionários;
- j) Atender as ordens de serviço dentro do prazo especificado;
- k) Serviços realizados com a qualidade especificada. Qualquer serviço mal executado será refeito sem gerar novo custo a autarquia
- l) Estar regular com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal





- m) Apresentar Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.
- n) Apresentar Certidão Negativa de Débitos com a Fazenda Nacional
- o) Entregar a Autarquia todas as peças que forem substituídas do equipamento;
- p) Permitir a entrada de servidores do SAEMAS na empresa, para acompanhamento dos serviços;
- q) Comunicar imediatamente a esta Autarquia todo e qualquer serviço que se fizer necessário no equipamento e não estiver presente neste termo de referência;
- r) Arcar com as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da manutenção;
- s) Fornecer garantia de 6 meses do serviço realizado.
- t) Possuir um local para reparo dos equipamentos com equipamentos e infraestrutura adequada.

1.6. Análise dos riscos da contratação

1.6.1. Alguns dos possíveis riscos associados a essa contratação podem incluir a seleção de empresas que não atendam de forma satisfatória as necessidades e expectativas do SAEMAS quanto ao serviço de manutenção a ser adquirido, não cumprindo com as normas e legislações correspondentes, além de não possuírem o completo domínio do funcionamento do equipamento.

1.6.2. Conforme Decreto Municipal 8109/2023, haverá necessidade de matriz de alocação de riscos no contrato e a apresentação do Estudo Técnico Preliminar.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

2.1. Os serviços serão executados conforme necessidade e solicitações do SAEMAS, onde consiste em serviços de manutenção corretiva de todos os serviços especificados no “ANEXO A” (Tabela de serviços e peças pormenorizado dos equipamentos relacionados)





deste Termo de Referência, incluindo o fornecimento de todas as peças (também pormenorizadas no “ANEXO A” deste termo) e realização dos testes necessários, bem como comissionamento e regulação.

2.2. Desse modo, a planilha constante do “ANEXO A” elenca todos os equipamentos que compõe o presente objeto licitado, distribuídos em equipamentos que podem, por necessidade da autarquia, passarem por manutenção corretiva ao longo dos 12 (doze) meses da contratação:

2.3. CARACTERÍSTICA E DETALHAMENTO DOS SERVIÇOS

3.3.1. MANUTENÇÃO CORRETIVA

3.3.1.1. Durante a vigência do contrato, serão realizadas medições dos serviços e peças através dos no **Anexo B (Relatório de entrega por Serviço Executado)**, onde constarão relacionadas as peças substituídas e os serviços executados por equipamento, dentro do rol de possibilidades constantes no **Anexo A (Tabela de serviços e peças pormenorizado dos equipamentos relacionados)** deste Termo de Referência. As peças e os serviços seguirão os valores resultantes deste certame. Os serviços de manutenção corretiva deverão seguir as seguintes etapas:

- a) Solicitação de manutenção de equipamento(s) pela CONTRATANTE.
- b) Coleta e transporte do(s) equipamento(s) pela CONTRATADA.
- c) Desmontagem e elaboração de orçamento individual para conserto pela CONTRATADA, conforme valores contratados através deste Termo de referência.
- d) Aprovação (ou não) da(s) proposta(s) pela CONTRATANTE, autorizando (ou não) a execução do(s) serviço(s) proposto(s).
- e) Envio pelo gestor do contrato ao setor de compras, pedido de solicitação de consumo.
- f) Execução dos serviços pela CONTRATADA conforme procedimento pré-estabelecido neste contrato.
- g) Realização de testes finais pela CONTRATADA.





h) Entrega do(s) equipamento(s) consertado(s) pela CONTRATADA, juntamente com relatório de teste final e medição dos serviços prestados.

3.3.2. SOLICITAÇÃO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E COLETA DOS EQUIPAMENTOS

3.3.2.1. As solicitações para coleta dos equipamentos serão feitas pela CONTRATANTE via contato telefônico ou via aplicativo de mensagens, com posterior formalização via e-mail.

3.3.2.2. As coletas deverão ser realizadas pela CONTRATADA na unidade CONTRATANTE, no endereço descrito na planilha de detalhamento dos equipamentos, em data e local previamente agendada com o agente responsável.

3.3.2.3. Coletas em locais diferentes poderão ocorrer e ficarão sob encargo da CONTRATADA.

3.3.2.4. A coleta deverá ser feita em até 24 (vinte e quatro) horas após solicitação da mesma, em horário comercial (segunda a sexta feira das 08:00 às 16:30).

3.3.2.5. O prazo para **execução dos serviços será de 30 (trinta) dias corridos**, a partir da data expedida da Ordem de serviço (OS) emitida para a manutenção do equipamento.

3.3.2.6. Em caso de descumprimento dos prazos estabelecidos sem justificativa, ou com justificativa não aceita pela gestão do contrato, serão aplicadas as sanções apresentadas neste, trazidas pela Lei 14.133/21

3.3.3. DESMONTAGEM E ORÇAMENTO (APONTAMENTO PELA CONTRATADA DOS SERVIÇOS E PEÇAS QUE SERÃO DEMANDADOS DO ANEXO “A” DESTE TERMO DE REFERÊNCIA PARA QUE SEJA POSSÍVEL A REALIZAÇÃO DA MANUTENÇÃO CORRETIVA DO EQUIPAMENTO

3.3.3.1. Ao receber os equipamentos em sua empresa, a CONTRATADA deverá realizar a desmontagem completa e inspeção detalhada em todos os componentes do equipamento em um prazo de até **02 (dois) dias corridos**, avaliando os seguintes itens:





- a) Inspeção geral no equipamento, a fim de identificar a provável causa da falha.
- b) Verificação de peças danificadas e/ou faltantes.
- c) Verificação de demais itens necessários para o correto diagnóstico.

3.3.3.2. Após realizadas as inspeções, a CONTRATADA deverá armazenar as peças do equipamento a fim de devolução à Autarquia e elaborar o orçamento de conserto.

3.3.3.3. A CONTRATADA deverá apresentar documento de orçamento em separado para cada equipamento, instruído com fotos, contemplando todas as peças e serviços necessários para manutenção do mesmo. Para fins de avaliação da relação custo/benefício, todos os orçamentos de manutenção deverão informar os preços de referência de aquisição de equipamento novo com as mesmas características do equipamento a ser consertado.

3.3.3.4. A inspeção de falha e envio da proposta de conserto, por e-mail, deverá ocorrer em até 3 (três) dias úteis após o recebimento do(s) equipamento(s) na contratada.

3.3.3.5. A CONTRATADA DEVERÁ APONTAR OS SERVIÇOS E PEÇAS QUE SERÃO DEMANDADOS DO ANEXO “A” DESTE TERMO DE REFERÊNCIA PARA QUE SEJA POSSÍVEL A REALIZAÇÃO DA MANUTENÇÃO CORRETIVA DO EQUIPAMENTO.

3.3.4. APROVAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.3.4.1. Após o recebimento dos orçamentos, a CONTRATANTE deverá avaliar a viabilidade de manutenção dos equipamentos, autorizando ou não a execução dos serviços e substituição das peças. A CONTRATADA somente poderá dar início aos serviços propostos após a autorização do fiscal do contrato da área que pertencer o equipamento, a qual deverá ser formalizada por e-mail à contratada com cópia ao Gestor do Contrato.

3.3.4.2. Em casos de emergência, o fiscal do contrato da área do equipamento, poderá pré-aprovar a execução de alguns serviços no momento da coleta do(s) equipamento(s), mas terá que formalizar posteriormente sua solicitação via e-mail à contratada e ao gestor do





contrato.

3.3.4.3. Caso a CONTRATANTE, através do fiscal do contrato da área pertencente equipamento julgar que a manutenção não é viável, seja por razões técnicas e/ou comerciais ou por qualquer razão que a faz julgar como melhor condição não realizar a manutenção, esta solicitará o retorno do equipamento sem conserto.

3.3.5. SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO NOS EQUIPAMENTOS

3.3.5.1. Os serviços de manutenções serão realizados nas instalações da CONTRATADA e englobam fornecimento de mão de obra especializada, peças e materiais para efetuar os reparos necessários e realização de todos os testes (elétricos e mecânicos, revisões, calibrações, verificação das condições operacionais dos equipamentos, eficiência, consumo elétrico, entre outros necessários à manutenção de seu funcionamento).

3.3.6. PEÇAS CONTEMPLADAS PELO CONTRATO

3.3.6.1. Quando for verificada a necessidade de troca de peças (conforme relação constante no Anexo “A” deste termo) para conserto de um equipamento, a CONTRATADA deverá incluir no orçamento do respectivo equipamento cada peça a ser substituída, conforme valores pré-estabelecidos no contrato resultantes deste certame. As peças contempladas pelo contrato estão listadas no Anexo “A”. **As peças não listadas no Anexo “A” deste termo, necessárias para manutenção corretiva serão fornecidas pela SAEMAS.**

3.3.6.2. Todas as peças substituídas deverão ser devolvidas para ao SAEMAS juntamente com o equipamento consertado.

3.3.6.3. Deve ser indicada a procedência dos materiais e peças a serem utilizadas na manutenção, sendo exigido o emprego de materiais e peças originais de comprovada procedência. Caso a CONTRATADA não seja o próprio fabricante, esta deve apresentar notas fiscais de compra de materiais e peças de reposição de fábrica, quando solicitado pelo CONTRATANTE para comprovação da origem dos materiais.





3.3.6.4. Não serão aceitas indicações generalizadas de produtos que não contenham informações específicas, tais como capacidade, dimensões, desempenho e características técnicas do material proposto.

3.3.6.5. A Contratada somente substituirá peças e componentes em manutenções corretivas em caso de comprovada necessidade, mediante prévia justificativa e relatório fotográfico assinada pelo seu fiscal do contrato da área, e aprovada pela Contratante, ficando o fiscal do contrato da área solidariamente à Contratada responsável sobre custos indevidos que sejam arcados pela Contratante em função de substituições desnecessárias, considerando que as substituições poderão sofrer auditoria da equipe técnica da SAEMAS.

3.3.6.6. A **Contratada deverá garantir, por no mínimo 6 (seis) meses**, toda e qualquer peça e/ou componente substituído, contados da data de sua realização;

3.3.6.7. Todos as peças e/ou componentes a serem empregados nos serviços deverão ser novos, não podendo serem recondicionados ou reaproveitados e deverão estar de acordo com as especificações, observando as recomendações do fabricante e normas técnicas vigentes.

3.3.7. DEVOLUÇÃO DOS EQUIPAMENTOS

3.3.7.1. Após finalização do **Relatório de entrega por Serviço Executado (Anexo “B”)**, a CONTRATADA deverá entregar o equipamento na CONTRATANTE ou local a ser combinado entre as partes, em data e horário previamente agendado com o responsável da CONTRATANTE. Juntamente com o equipamento, deverão ser entregues a nota fiscal de retorno de equipamento, a nota de medição dos serviços e o relatório final, este último tanto em meio físico quanto digital (por e-mail).

3.3.7.2. A devolução do equipamento consertado deverá ocorrer em **até 30 dias corridos** após aprovação do orçamento para equipamentos cujas as peças a serem substituídas estão listadas no Anexo “A” deste termo. Para equipamentos em que forem necessárias peças fornecidas pela SAEMAS, a devolução deverá ocorrer em **até 30 dias corridos** após a entrega das peças pela CONTRATANTE a CONTRATADA.





3.3.8. TRANSPORTE DOS EQUIPAMENTOS

3.3.8.1. O transporte do equipamento será de responsabilidade da CONTRATADA, cabendo à CONTRATADA inclusive o descarregamento do equipamento nas instalações da CONTRATANTE e reinstalação.

3.3.8.2. As embalagens devem ser suficientes para proteger o conteúdo durante o transporte do ponto de execução dos serviços de manutenção até o local de retirada/entrega. Caso os equipamentos sofram algum tipo de acidente durante o transporte, a CONTRATADA deverá se responsabilizar pelos danos causados, e substituir os equipamentos defeituosos, sem ônus para CONTRATANTE.

3.3.8.3. Todo e qualquer dano causado por acidente na entrega dos equipamentos, onde for comprovada a não observância das Normas de Segurança pertinentes, serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

3.3.8.4. Os empregados da CONTRATADA deverão apresentar-se para coleta e entrega dos equipamentos devidamente identificados e assim permanecer durante todo o período que estiverem nas instalações do SAEMAS.

3.4. Prazo de execução

3.4.1. O prazo de **início dos serviços é de 24 (vinte e quatro) horas**, contados do(a) recebimento O.S (Ordem de Serviço)

3.4.2. O prazo para o orçamento será de até 03 (dois) dias corridos.

3.4.3. O prazo para conserto será de até 30 (dez) dias corridos, a partir da retirada do mesmo, sendo que em caso de dilação de prazo deverá ser solicitado ao gestor do contrato e aprovado formalmente.

3.4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser





substituídos no prazo de 03 (dois) dias corridos, a contar da notificação da contratante, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

3.4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do serviço.

3.4.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE rescindir unilateralmente o contrato e/ou aplicar as demais sanções previstas.

3.5.Local de entrega e instalação

3.5.1. Os equipamentos deverão ser retirados e entregues no Almoxarifado Central, sito à rua Abílio Alves Teixeira nº 566, Jardim Alvorada, nesta cidade de Sertãozinho, estado de São Paulo, no horário das 08:00hs às 11:00hs e das 13:00hs às 16:30hs, de segunda-feira a sexta-feira, mediante agendamento, correndo por conta da Contratada as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento.

3.5.2. Em situações específicas, os equipamentos deverão ser retirados e entregues em outros imóveis de propriedade do SAEMAS, localizados no Município de Sertãozinho e no Distrito de Cruz das Posses, em local a ser determinado pelo Fiscal do Contrato.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.4. Como atingiremos os resultados pretendidos na contratação?

4.4.1. Para atingir os resultados pretendidos, a contratação deverá ser executada de acordo com as especificações e prazos definidos neste Termo de Referência.

4.5.Forma de execução do objeto





4.5.1. Contratação através de processo licitatório conforme lei 14.133/2021, tratando-se de serviços não contínuos.

4.6. Prazo de vigência do contrato

4.6.1. A vigência contratual será de **12 (doze) meses** contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, de acordo com o artigo 106 da Lei de Licitações.

5. MODO DE DISPUTA, MODALIDADE DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Modo de disputa: aberta

Modalidade: Pregão Eletrônico

Critério de Julgamento: menor preço

Local do certame: www.comprasnet.gov.br

6. PROPOSTA

6.4. A presente licitação será por itens, conforme modelo de proposta do ANEXO III – Modelo de Proposta Comercial.

6.5. Nos preços propostos deverão estar inclusos todos os custos necessários para a execução do objeto licitado, além de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes seguros, todos os impostos, e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre eles. Caso ocorra alterações econômicas fundamentais durante a execução do contrato, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser estabelecida nos termos da legislação que trata da matéria e demais condições previstas em contrato.

6.6. As ofertas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.





6.7. As propostas deverão ter validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sessão de abertura da licitação.

6.8. A proposta de preço deverá ser encaminhada obrigatoriamente ao SAEMAS – Serviço Autônomo de Água, Esgoto e Meio Ambiente de Sertãozinho, acompanhada da Planilha de Orçamentos devidamente preenchida, conforme modelo ANEXO III deste Termo de Referência.

6.9. Os licitantes deverão arcar com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

7. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.4. Os atestados de recebimento provisório e definitivo serão feitos pelo Fiscal e/ou Gestor do Contrato, no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da Nota Fiscal, a fim de que seja verificado se os serviços prestados ou materiais entregues foram quantitativa e qualitativamente satisfatórios.

7.5. Constatada qualquer inadequação, a CONTRATADA será comunicada, por escrito, pelo Gestor do Contrato, e terá o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para realizar os ajustes necessários e/ou apresentar explicações, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas e da possibilidade de rescisão contratual, a critério do CONTRATANTE.

7.6. Ocorrendo a hipótese do subitem anterior, o prazo para os recebimentos provisório e definitivo será reiniciado, recontando-se novamente do ajuste necessário ou da explicação apresentada pela CONTRATADA.

7.7. Não havendo o recebimento definitivo, o que será justificado pelo Gestor do Contrato nos autos do processo administrativo de contratação, será aplicada a correspondente sanção e o contrato poderá ser rescindido, mediante regular processo administrativo sancionatório, observado o contraditório e ampla defesa.

7.8. O recebimento, PROVISÓRIO OU DEFINITIVO, não exclui a responsabilidade civil da





CONTRATADA pela solidez e segurança do objeto licitado.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.4. Realizar os pagamentos na forma e condições previstas.
- 8.5. Realizar a fiscalização do objeto deste Termo de Referência.
- 8.6. Dirimir quaisquer dúvidas da CONTRATADA.
- 8.7. Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.
- 8.8. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e na proposta comercial, para fins de aceitação e recebimento definitivo.
- 8.9. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no fornecimento, exigindo-se a substituição quando necessário.
- 8.10. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado.
- 8.11. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.





9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.4. Assumir inteira responsabilidade pela manutenção dos equipamentos com a observância de todas as normas técnicas e normativas legais do âmbito federal, estadual e municipal aplicáveis, sendo de sua inteira responsabilidade o conteúdo das declarações relativas aos materiais ofertados;

9.5. Substituir, dentro de 72 (setenta e duas) horas, o pessoal cuja presença no local dos serviços foi julgada inconveniente pela Administração, incluindo-se o responsável pela obra.

9.6. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, objeto do Contrato, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Contrato, no prazo determinado.

9.7. Conduzir os serviços em estrita observância com as normas da Legislação Federal, Estadual e Municipal cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo o local dos serviços sempre limpo e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.8. Manter no local dos serviços o Livro de Ocorrências, e, para uso exclusivo da Administração um jogo completo de todos os documentos técnicos e local adequado para a abertura dos projetos.

9.9. Certificar as características técnicas dos materiais empregados através de laudos e relatórios de ensaios elaborados por instituições de renomados critérios e capacidade.

9.10. Refazer, às suas expensas, os serviços executados em desacordo com o estabelecido no Contrato, antecedente edital da licitação e documentos anexos, e os que apresentarem defeitos de material ou vício de construção, de acordo com a legislação aplicável.

9.11. Responder, civil e criminalmente, por todos os danos, perdas e prejuízos que por dolo ou culpa no cumprimento do contrato venha direta ou indiretamente provocar ou causar por si ou por seus empregados à Administração ou terceiros.





- 9.12. Comunicar à Administração no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.13. Cumprir todas as solicitações e exigências feitas pela Administração no Livro de Ocorrências, e prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Administração, ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local da instalação, bem como aos documentos relativos aos serviços executados ou em execução.
- 9.14. Paralisar, por determinação da Administração, qualquer serviço que não esteja sendo executado de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens, mesmo de terceiros.
- 9.15. Arcar com todos os custos dos transportes e serviços que seja obrigada a fazer em consequência de negligência ou mesmo erro ou falha no cumprimento de suas obrigações contratuais ou legais.
- 9.16. Observar todas as obrigações sociais e trabalhistas impostas pela legislação pertinente, no que se refere ao pessoal disponibilizado na execução da obra;
- 9.17. Arcar com todos os encargos e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, acidentária, tributária, administrativa e civil decorrentes da execução dos serviços objeto desta Licitação.
- 9.18. O não cumprimento de quaisquer obrigações pela Contratada não transfere à Administração a responsabilidade do respectivo ônus;
- 9.19. Obrigar-se-á pela saúde dos funcionários empregados na execução da obra, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais, quer municipais, estaduais ou federais, bem como pelo seguro para garantia de pessoas e equipamentos sob sua responsabilidade, devendo apresentar de imediato, quando solicitado, todos e quaisquer comprovantes de pagamentos e quitação;
- 9.20. Se, em qualquer caso, empregados da contratada intentarem reclamações trabalhistas contra a Contratante, a Contratada responderá integralmente pelas obrigações contratuais, nos termos do art. 70 e seguintes do Código de Processo Civil;





9.21. Pela seleção, treinamento, habilitação, contratação, registro profissional de pessoal necessário, bem como cumprimento das formalidades exigidas pelas leis trabalhistas e previdenciárias;

9.22. Responder por qualquer acidente de que possam ser vítimas seus empregados, no desempenho dos serviços objeto do contrato;

9.23. **A empresa contratada deverá apresentar declaração, informando o nome, CPF e cargo do representante legal/responsável técnico.**

9.24. **Todos os funcionários que prestarão os serviços deverão estar uniformizados, apresentando crachá e identificação da empresa contratada.**

9.25. Manter, sob as penas da lei, o mais completo e absoluto sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos, especificações técnicas e comerciais do SAEMAS, de que venha a tomar conhecimento, ter acesso ou que lhe tenham sido confiados, sejam relacionados ou não com o objeto deste contrato;

9.26. O serviço e o material serão recebidos em caráter provisório no ato da entrega e, após aprovados nos testes, serem inspecionados pelo SAEMAS, verificado o atendimento integral das especificações contratadas, será feito o recebimento definitivo.

9.27. Caso o material seja rejeitado, a CONTRATADA deverá no prazo máximo 05 (cinco) dias corridos contados da notificação da Diretoria responsável, retirar, as suas expensas, o material rejeitado no local e no prazo de 15 (quinze) dias corridos contados da mesma notificação, entregar uma remessa livre das causas de rejeição.

9.28. Caso o serviço seja rejeitado, a CONTRATADA deverá no prazo máximo 15 (quinze) dias corridos contados da notificação da Diretoria responsável, refazer os serviços rejeitados.

9.29. Caso após novo fornecimento entregue em substituição ao anterior rejeitado seja também objeto de rejeição, ou caso ocorram 03 (três) rejeições aleatórias para o mesmo item, ficará demonstrada a incapacidade técnica da CONTRATADA de entregar os materiais nas condições e especificações descritas neste edital e sujeitá-la às penalidades previstas em contrato.





9.30. Providenciar a imediata correção das divergências apontadas pelo Contratante quanto à qualidade adquirida.

9.31. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.32. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;*

9.33. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.34. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos; Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.35. Manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.36. Indicar preposto para representá-la durante a execução do serviço, quando assim se fizer necessário.

9.37. A empresa vencedora deverá responder pelos vícios e defeitos dos itens e assumir os gastos e despesas que se fizerem necessários para adimplemento das obrigações decorrentes da aquisição e providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pelo órgão solicitante.

9.38. O teste de performance deverá ser efetuado pela Contratada utilizando-se instrumentação e equipamentos devidamente aferidos, onde poderá ser executado em local compatível com o porte do equipamento a ser testado.





9.39. Assim, com relação aos serviços a empresa tem por obrigação as seguintes atividades no processo de manutenção corretiva dos equipamentos: (Retirada e transporte do equipamento; Limpeza; Desmontagem dos equipamentos; Análise técnica; Troca das peças; Montagem dos equipamentos; Testes; Jato de gralha; Pintura; Emissão de relatório técnico com laudo sobre os problemas apresentados no equipamento, estado de peças e componentes, com demonstrativos dos serviços executados e resultados dos ensaios, com comprovação adicional por relatório fotográfico anexado; Transporte até ao SAEMAS).

9.40. Respeitar os prazos de coleta e entrega definidos.

10. FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO

10.4. O SAEMAS terá um ou mais representantes para acompanhar e fiscalizar o contrato, certificando-se de que os serviços e recursos necessários estejam em conformidade com o disposto no presente Termo de Referência;

10.5. A adequação dos serviços prestados será avaliada de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo;

10.6. Caso a CONTRATADA não cumpra total ou parcialmente suas obrigações, poderão ser aplicadas sanções administrativas, podendo culminar na rescisão do contrato;

10.7. A fiscalização, a gestão e o monitoramento da execução do contrato não exclui nem elimina a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros. Isso inclui qualquer irregularidade, mesmo aquelas resultantes de falhas técnicas ou vícios ocultos. A ocorrência de tais problemas não torna o SAEMAS ou seus agentes corresponsáveis.

10.8. Os serviços serão fiscalizados por pessoal qualificado e pertencente ao quadro de funcionários da SAEMAS, que terão plena autoridade para suspender, por motivos técnicos, disciplinares ou outros, o fornecimento total ou parcialmente, sempre que julgar conveniente.

10.9. A CONTRATADA deverá manter permanentemente e colocar à disposição da SAEMAS, a qualquer tempo, sempre que a fiscalização da SAEMAS julgar necessário, os meios aptos a permitir a inspeção de locais de armazenamento, documentos e outros que





permitam avaliar a qualidade dos serviços fornecidos.

10.10. A CONTRATADA deverá manter disponível referências de contatos internos e externos da Empresa, com telefone fixo, celular, telefone de recados e endereços para contatos em necessidades padrões e emergenciais.

10.11. A Fiscalização do contrato será exercida pelo servidor, CPF nº..., cargo, e a Gestão do contrato será exercida pelo servidor, CPF nº..., cargo

11. GARANTIAS





11.4. A garantia das peças substituídas não será inferior a 6 (seis) meses.

11.5. A reexecução de serviços que estejam acobertados pela garantia não implicará ônus para a SAEMAS, e acarretarão a reabertura do prazo restante da garantia.

11.6. Os serviços realizados deverão ser garantidos pelo período mínimo de 9 (nove) meses da nota fiscal de devolução do equipamento ou 6 (seis) meses da entrada do equipamento em operação, prevalecendo o que ocorrer primeiro.

11.7. A CONTRATANTE, após os reparos dos equipamentos, poderá efetuar eventuais desmontagens, bem como realizar ensaios mecânicos, com a presença de técnicos da empresa CONTRATADA, a fim de comprovar a qualidade dos materiais e componentes aplicados, bem como os procedimentos adotados na desmontagem e montagem.

11.8. Em caso de perda ou danos aos equipamentos quando da retirada (inclusive conexões elétricas) ou transporte, caberá à CONTRATADA entregar à CONTRATANTE equipamento novo, com as mesmas características operacionais e de fabricante homologado na SAEMAS, no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias sem ônus à CONTRATANTE.

11.9. Quando da rejeição do serviço pela fiscalização da SAEMAS, a CONTRATADA deverá refazer o serviço em atendimento com boa qualidade, conforme exigências deste Termo de Referência. A rejeição do serviço não é motivo para o não cumprimento dos prazos já estabelecidos. A empresa CONTRATADA arcará com quaisquer custos adicionais advindos da substituição de materiais e equipamentos e/ou serviços refeitos, que não estejam em conformidade com os padrões pré-estabelecidos neste Termo de Referência por ocasião da inspeção.

12. CONDIÇÕES GERAIS





12.4. Nos valores a serem apresentados pelas licitantes, deverão estar inclusos todos os custos e despesas operacionais, fretes, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta Licitação.

12.5. A CONTRATADA deverá ter disponibilidade 24 horas para atendimento emergencial e possuir capacidade técnica e profissional para a execução de manutenções de forma a atender no mínimo de 3 equipamentos simultaneamente.

12.6. A CONTRATADA deverá manter disponível referências de contatos internos e externos da Empresa, com telefone fixo, celular, telefone de recados e endereços para contatos em necessidades padrões e emergenciais.

12.7. Todos os serviços deverão ser executados na oficina da Contratada, com fornecimento dos recursos necessários (mão de obra especializada, materiais, ferramentas, equipamentos, transporte e instrumentos especiais).

12.8. Os empregados da CONTRATADA deverão apresentar-se para coleta e entrega dos equipamentos devidamente identificados e assim permanecer durante todo o período que estiverem nas instalações da SAEMAS.

12.9. Todos os documentos e orientações estão representados nos seguintes anexos, com os devidos detalhamentos:

- a) Anexo A – Tabela de serviços e peças pormenorizado dos equipamentos relacionados
- b) Anexo B – Relatório de entrega por Serviço Executado

13. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

13.4. HABILITAÇÃO JURÍDICA

13.4.1. Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual ou Sociedade Limitada Unipessoal;





13.4.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades empresárias;

13.4.3. Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;

13.4.4. Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;

13.4.5. Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

13.5. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

13.5.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**);

13.5.2. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, de acordo com seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame, relativo ao estabelecimento da Licitante que ficará responsável pela execução do contrato;

13.5.3. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** (Certidão Negativa de Débitos ou Positiva com Efeitos de Negativa relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), a qual abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas na Lei nº 8.212/1991;

13.5.4. Prova de regularidade para com a **Fazenda Estadual** (Certidão de Débitos tributários inscritos na Dívida Ativa) em se tratando de compras e serviços com fornecimento de bens;

13.5.5. Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** (Certidão de Tributos Mobiliários) no caso de serviços, do domicílio ou sede da Licitante, ou outra equivalente na forma da Lei com prazo de validade em vigor.





13.5.5.1. No caso de isenção ou de não incidência dos impostos devidos à Fazenda Estadual ou Municipal, deverá a Licitante apresentar declaração elaborada em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, atestando tal fato, sob as penas da Lei.

13.5.6. Certidão de regularidade de débito perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS-CRF**);

13.5.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**) ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, nos termos do artigo 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

13.5.7.1. Fica a Licitante vencedora ciente que, mesmo detentora de RC ou RCS válidos ou com a citada certidão válida, quando da solicitação dos Documentos de Habilitação, poderá ser novamente consultada a situação de regularidade perante os Débitos Trabalhistas (CNDT).

13.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

13.6.1. Certidão Negativa de Falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou do domicílio do empresário individual.

13.6.2. Se a licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea “a” deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente;

13.6.3. Para fins da comprovação acima, entende-se por sede o principal estabelecimento da empresa (a matriz).

13.6.4. Caso o Licitante esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso.

13.7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA





13.7.1. Prova de inscrição ou registro da empresa e de seu responsável técnico junto ao conselho profissional competente;

13.7.2. Comprovação técnico operacional: Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando a aptidão da licitante no desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação, **especialmente a comprovação de execução de:**

13.7.2.1. SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM SOFTSTARTER, com descrição detalhada dos serviços executados, incluindo troca de peças, constando nome e contato da empresa contratante, conforme previsto na Súmula nº 24 do TCESP;

13.7.2.2. SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM INVERSOR DE FREQUÊNCIA, com descrição detalhada dos serviços executados, incluindo troca de peças, constando nome e contato da empresa contratante, conforme previsto na Súmula nº 24 do TCESP;

13.7.3. Comprovação técnico profissional: Apresentação de, no mínimo, 01 (um) atestado de capacidade técnica em nome do profissional, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, demonstrando a aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da presente licitação, **especialmente a comprovação de execução de:**





13.7.3.1. SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM SOFTSTARTER, com descrição detalhada dos serviços executados, incluindo troca de peças, constando nome e contato da empresa contratante, conforme previsto na Súmula nº 24 do TCESP;

13.7.3.2. SERVIÇO DE MANUTENÇÃO EM INVERSOR DE FREQUÊNCIA, com descrição detalhada dos serviços executados, incluindo troca de peças, constando nome e contato da empresa contratante, conforme previsto na Súmula nº 24 do TCESP;

13.7.4. A Licitante deverá apresentar comprovante de vínculo do responsável técnico com a empresa. A comprovação poderá se dar por meio de contrato social, no caso de sócio da empresa; por carteira de trabalho ou ficha de empregado, no caso de empregado da empresa; ou ainda, por meio de contrato de prestação de serviços. (Conforme Súmula nº 25 do Egrégio TCE/SP)

13.7.5. A Licitante vencedora provisória deverão comprovar, como requisito de qualificação técnico-profissional, nos termos da Súmula nº 23, TCESP, possuir Certidão(ões) de Acerto Técnico (CAT) (ou documento equivalente) do(s) seu(s) respectivo(s) profissional(is) de nível superior em Engenharia, detentor(es) de atestado(s) de responsabilidade técnica (ART) (ou documento equivalente), comprovando a execução de serviços de características semelhantes, de complexidade tecnológica e operacional equivalentes e compatíveis ao objeto licitado (do(s) lote(s) pretendido(s)).

13.7.6. Apresentação de declaração formal, sob as penas da lei, de que possui Engenheiro Eletricista, Técnico em Eletrônica ou Técnico em Eletrotécnica devidamente registrado no conselho profissional competente que possa recolher as respectivas ART's ou documento equivalente dos serviços executados, nos termos da Súmula nº 25, TCESP;

13.8. DEMAIS DECLARAÇÕES





13.8.1. Declaração de Regularidade no Ministério do Trabalho em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

13.8.2. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa.

13.8.3. Declaração de que a licitante não possui sanções vigentes previstas no inciso III do art. 156 da Lei Federal nº 14.133 de 2021, no âmbito da Administração Pública Direta e indireta do Município de Sertãozinho e no inciso IV do mesmo artigo, no âmbito de quaisquer entes federativos.

13.8.4. Em se tratando de ME e EPP, declaração de observância e atendimento aos parágrafos §1º, §2º, §3º do Art. 4º da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

13.8.5. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação.

13.8.6. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do Art. 1º e no inciso III do Art. 5º da Constituição Federal.

14. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

14.1. REGULAMENTAÇÃO DE PREÇOS E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

14.1.1. Na execução das manutenções a definição do preço dos serviços e insumos dar-se-á por meio dos custos unitários ofertados pela licitante vencedora





unitariamente sobre as peças e os serviços.

14.1.2. Nesta modalidade adotada, haverá quantitativo de serviços e peças conforme planilhas estimativas ANEXO “A”.

14.1.3. Atos de supressão e aditivação de valores contratuais, quando necessários, serão efetuados com base no valor máximo de contrato.

14.1.4. Os serviços realizados para o conserto de cada equipamento serão pagos conforme forem executados.

14.1.5. Para cada equipamento consertado, será emitida pelo prestador uma nota fiscal individual, que deverá vir acompanhada de todos os relatórios exigidos e do Relatório de entrega por Serviço Executado.

14.2. MEDIÇÃO E FATURAMENTO

14.2.1. Com base nos elementos fornecidos é de inteira responsabilidade da CONTRATADA apresentar documentação de medição e comprovação para análise e aprovação da CONTRATANTE.

14.2.2. Para melhor gestão dos serviços realizados, o processo de Medição e Faturamento será unitário por equipamento consertado. O valor a ser remunerado se dará pela somatória dos itens realizados multiplicados por seus respectivos valores unitários.

14.2.3. O pagamento será por equipamento, sendo:

a) Valor de Manutenção corretiva + valor de peças

15. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

15.1. Prazo de pagamento:





15.1.1. Após a entrega do equipamento, a CONTRATADA emitirá a fatura e a enviará para o e-mail do fiscal do contrato, e terá vencimento no 15º (décimo quinto) dia após a conferência e o registro da Nota Fiscal.

15.1.2. As faturas que apresentem incorreções serão devolvidas ao emitente, e seu vencimento ocorrerá 05 (cinco) dias após a data de sua reapresentação.

15.1.3. O pagamento das faturas seguirá a estrita ordem cronológica das datas de suas exigibilidades.

15.1.4. Quando, por relevantes razões de interesse público, ocorrer a necessidade de não atendimento ao previsto no subitem acima, a CONTRATADA será informada da justificativa da CONTRATANTE, que será devidamente publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

15.1.5. Em caso de atraso no recebimento de qualquer e-mail de notificação de emissão de NF-e e por motivo não imputável ao CONTRATANTE, a data de vencimento da NF-e cujo e-mail atrasou será automaticamente postergada por período igual ao do atraso verificado, sem incorrer a em quaisquer acréscimos por atraso previstos no Termo de Referência.

15.1.6. Os e-mails de notificação de emissão de NF-e descritos no item 13.3.1 desta Cláusula devem ser enviados para os endereços eletrônicos definidos em fase de elaboração do contrato entre as partes.

15.1.7. Dos pagamentos devidos à Contratada, serão descontados os valores de multas ou eventuais débitos daquela para com a Administração contratante, referentes a quaisquer contratos entre as mesmas partes, sem obrigatoriedade de prévio aviso.

15.1.8. Os pagamentos serão efetuados através do crédito em conta - corrente bancária da CONTRATADA

15.1.9. No pacote da medição deverão ser entregues os seguintes documentos:

- a) Nota fiscal;
- b) Planilha de medição;





15.1.9.1. Caso a Contratada deixe de apresentar quaisquer dos documentos citados no item acima ou apresente em desacordo com a legislação vigente, o pagamento ficará retido até a comprovação da regularização apontada.

15.2. Critério de reajuste e repactuação:

15.2.1. Índice de reajuste ou repactuação dos insumos

15.2.1.1. O preço permanecerá fixo e irrealizável durante os 12 (doze) meses de vigência contratual.

13. SUBCONTRATAÇÃO

13.1. É expressamente vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de penalidade prevista na minuta do contrato, tendo em vista a indivisibilidade do objeto sob o aspecto técnico, conforme previsto no artigo 167, inciso II, do Decreto Municipal nº 8.109/2023.

14. CONFIDENCIALIDADE

14.1. Responsabilidade de Sigilo: A CONTRATADA deve manter em total sigilo todos os dados, informações, documentos e mídias a que tiver acesso durante a execução do trabalho. Nenhum desses materiais pode ser divulgado, reproduzido ou utilizado, exceto para cumprir os objetivos deste Termo de Referência e do contrato correspondente.

14.2. A propriedade intelectual sobre todo e qualquer documento elaborado em decorrência desse serviço será transferida para o Município de Sertãozinho, sem ônus.





15. SANÇÕES

15.1. Além do que dispõe na minuta do contrato, a CONTRATADA, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e a ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às sanções previstas na Seção III da Lei 14.133/2021.

16. INFRAÇÕES E PENALIDADES DO CONTRATO

16.1. Nos casos em que a CONTRATADA cometer ato de descumprimento parcial do contrato, sem que gere dano ao CONTRATANTE, o fiscal do contrato aplicará sanção de advertência à CONTRATADA.

16.2. Será aplicada multa moratória não inferior a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias.

16.3. Caso a empresa tenha declarado o compromisso de implementação de política de integridade ou de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, o seu inadimplemento implicará em multa mensal de 0,5% (meio por cento) sobre as faturas emitidas, enquanto persistir a situação de irregularidade, sendo vedada a prorrogação do contrato.

16.4. Ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, o CONTRATANTE poderá optar por comunicar à CONTRATADA a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

16.5. Nos casos de inexecução total do contrato, o CONTRATANTE aplicará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo contratual à executar.

16.6. A penalidade de multa poderá ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
-------------------	------------	-------





Ensejar o retardamento da execução do contrato sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o SAEMAS	6 meses
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar ou contratar com o SAEMAS	12 meses
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar ou contratar com o SAEMAS	18 meses
Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses





16.7. Possíveis impactos ambientais

16.7.1. A aquisição de materiais hidráulicos podem gerar:

Problema	Formas de mitigação
Geração de resíduos eletrônicos (placas, cabos, componentes queimados).	Exigir destinação adequada com MTR; envio a recicladoras certificadas.
Resíduos perigosos (óleos, graxas, solventes usados em limpeza e manutenção).	Armazenamento e descarte conforme normas ambientais (CONAMA, ABNT NBR 10004); empresa deve apresentar plano de gerenciamento de resíduos.

17. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

17.7. **Valor máximo total da contratação:** O valor máximo para contratação do serviço, conforme mapa comparativo, será de **R\$ 2.679.230,29 (dois milhões, seiscentos e setenta e nove mil, duzentos e trinta reais e vinte e nove centavos)**, sendo este o valor da média entre os preços ofertados.

18. MATRIZ DE RISCO

Evento de risco	Alocação	Probabilidade	Consequência
Atraso na entrega dos equipamentos	Contratada	Média	Possível atraso na execução das atividades que dependem do equipamento; aplicação de penalidades contratuais.





Fornecimento de materiais fora das especificações técnicas	Contratada	Baixa	Necessidade de substituição dos itens, podendo causar atraso no cronograma e prejuízo à Administração.
Danos, avarias ou extravios durante o transporte	Contratada	Média	Substituição dos equipamentos; atraso na entrega definitiva.
Variação de preços de mercado após assinatura do contrato	Administração	Alta	Risco absorvido pela Administração, limitado às hipóteses legais de reajuste ou revisão contratual.
Erro ou inadequação na especificação técnica do objeto no edital	Administração	Baixa	Necessidade de retificação ou anulação do certame, com atraso na aquisição.
Vícios ou defeitos constatados após a entrega	Contratada	Baixa	Acionamento da garantia contratual e substituição dos itens sem ônus para a Administração.
Ocorrência de caso fortuito ou força maior (ex.: greve, desastre natural, restrições sanitárias)	Compartilhado	Baixa	Possibilidade de prorrogação de prazo ou revisão contratual, conforme avaliação da Administração.

19. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

19.7. Previsão orçamentária para a contratação

18.1.1 A demanda está prevista no item 74 e 111 do Plano de Contratações Anual – PCA 2025 e devidamente registrada no Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações – PGC.





19.8. Rubrica orçamentária para a contratação

19.8.1. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Ficha 1212 / 1211

19.8.2. NATUREZA DA DESPESA: 33903090/33903900

20. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

20.7. Hernane Henrique Branquinho – Chefe do Setor de Manutenção e Operação de Poços e E.T.E.

20.8. Alexandre Roberto da Silva – Diretor do Departamento de Serviços

21. APROVAÇÃO

Sertãozinho - SP, 07 de maio de 2026

RENAN ALVES BRANDÃO
Diretor Administrativo





ANEXO II

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026 - PROCESSO Nº 003/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/____

O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE DE SERTÃOZINHO/SP - SAEMAS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 07.750.478/0001-88, com sede administrativa na rua Jordão Borghetti, nº 250, representada neste ato pelo Superintendente, o Sr. **ALEX FABIAN CARDIN DE SOUSA**, RG nº e CPF nº , e pelo Diretor Administrativo, o Sr. **RENAN ALVES BRANDÃO** , RG nº e CPF nº , doravante denominada **DETENTORA**, resolvem firmar o presente ajuste para Registro de Preços, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 e do Decreto Municipal nº 8.109/2023 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como do edital do pregão nos autos do processo em epígrafe, mediante condições e cláusulas a seguir estabelecidas.

DETENTORA

Denominação:

Endereço:

CNPJ:

Representante legal:

CPF:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1.A presente Ata tem por objeto o Registro de preços para **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DE SOFT STARTER E INVERSORES DE FREQUÊNCIA PERTENCENTES À AUTARQUIA, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, TRANSPORTE DO EQUIPAMENTO (RETIRADA/DEVOLUÇÃO), NOS TERMOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E ANEXOS**, conforme especificação do termo de referência, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS





2.1.O valor global da contrato é de R\$ (.....), de acordo com o quanto especificado na proposta final da empresa e de acordo com o previsto na tabela abaixo.

2.4. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da entrega do objeto da presente licitação, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da licitação.

2.5. Durante a vigência da ata de registro de preços, poderá ser contratada quantidade inferior à quantidade registrada e, até mesmo, inexistir contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços.

3.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA, RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO

4.1. A execução do objeto da contratação deverá ser concluída em até 48 horas da autorização do fiscal da ARP e para veículos de urgência e emergência, o prazo para execução dos serviços, será de 24 horas.

4.2. Caso não seja possível a manutenção no prazo estabelecido, deverá a CONTRATADA justificar, através de documento, o motivo do não atendimento do prazo estabelecido, cabendo ao fiscal da ARP analisar e acatar ou não a prorrogação de prazo.

4.3. O SAEMAS efetuará o pagamento no 15º (décimo quinto) dia após o registro da nota fiscal, que ocorrerá após o recebimento definitivo dos serviços e mediante a apresentação da documentação fiscal pertinente, devida e regularmente atestada pela Secretaria requisitante.

4.3.1. Na(s) nota(s) fiscal(is) deverá(ão) constar o número do Processo, do Pregão e da Ordem de Serviço. Deverá ser emitida uma nota fiscal para cada Ordem de Serviço. Caso não constem essas informações, a(s) nota(s) fiscal(is) será(ão) devolvida(s).





4.4. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

4.6. Havendo atraso nos pagamentos não decorrente de falhas no cumprimento das obrigações contratuais principais ou acessórias por parte da CONTRATADA, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês.

CLÁUSULA QUINTA - VIGÊNCIA, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços **será de 12 (doze) meses**, contados a partir da data indicada pelo CONTRATANTE na Ordem de Início dos Serviços, expedida pela Secretaria de Obras, Conservação e Serviços Públicos, podendo ser prorrogado por igual período, mediante anuência do fornecedor, e desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro;

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra/ordem ser ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133/2021:

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item **5.2.** deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

5.4. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo a





Detentora oferecer proposta em quantitativo ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item **5.4.2** tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item **5.4.2.2** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando a Detentora não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro da Detentora ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item **8**.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021:

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.





5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item **5.7** e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item **5.4.2.1**, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA SEXTA - ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133/2021:





6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado:

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas;

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado;

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa;

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso:

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas;

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 8.1, sem prejuízo das sanções previstas





na Lei nº 14.133/2021, e na legislação aplicável;

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item **5.7**.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item **8.4**, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa;

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto nos itens **7.2** e **7.2.1**, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

8.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

8.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

8.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado; ou

8.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

8.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

8.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item **8.1** será formalizado por





despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

8.3. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

8.3.1. Por razão de interesse público;

8.3.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

8.3.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

9.1. Contratar com a Administração nas condições previstas no edital do presente Pregão para os serviços, objetos deste ajuste, e o preço registrado nesta Ata.

9.2. Manter-se durante toda a vigência deste Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO SAEMAS

10.1. Indicar o responsável pela fiscalização e acompanhamento desse Registro de Preços.

10.2. Comunicar à Detentora sobre qualquer irregularidade na entrega dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

11.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

11.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

11.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço.

11.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item **8.1**, dada a necessidade de instauração de procedimento





para cancelamento do registro do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - FORO

12.1. O Foro competente para dirimir questões oriundas desta Ata de Registro de Preços, não resolvida na esfera administrativa, é o da Comarca de Sertãozinho/SP.

Sertãozinho, de de 2026

**ALEX FABIAN CARDIN DE SOUSA
SUPERINTENDENTE
CONTRATANTE**

**ALEXANDRE ROBERTO DA SILVA
DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS**

DETENTORA DA ATA

TESTEMUNHAS

1 - _____

2 - _____





ANEXO III
CADASTRO DE RESERVA
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

PROCESSO Nº 003/2026 – REGISTRO DE PREÇOS

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que aceitaram cotar os itens com preços iguais ao adjudicatário:

Lote	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Qtd Máxima	Qtd Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

Lote	Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
X	Especificação	Marca (se exigida no edital)	Modelo (se exigido no edital)	Unidade	Qtd Máxima	Qtd Mínima	Valor Un	Prazo garantia ou validade





ANEXO IV

MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/.....,
QUE FAZEM ENTRE SI O SERVIÇO
AUTÔNOMO DE ÁGUA, ESGOTO E MEIO
AMBIENTE DE SERTÃOZINHO/SP -
SAEMAS, E A
EMPRESA

O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE DE SERTÃOZINHO/SP - SAEMAS, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 07.750.478/0001-88, com sede administrativa na rua Jordão Borghetti, nº 250, representada neste ato pelo Superintendente, o Sr. **ALEX FABIAN CARDIN DE SOUSA**, RG nº e CPF nº , e pelo Diretor Administrativo, o Sr. **RENAN ALVES BRANDÃO** , RG nº e CPF nº , doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº....., sediado(a) na, em.....doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, expedida pela (o), e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº.....e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 022/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1.O objeto do presente instrumento é a **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DE SOFT STARTER E INVERSORES DE FREQUÊNCIA PERTENCENTES À AUTARQUIA, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, TRANSPORTE DO**





EQUIPAMENTO (RETIRADA/DEVOLUÇÃO), NOS TERMOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E ANEXOS, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.2.1. O Termo de Referência;
- 1.2.2. O Edital da Licitação;
- 1.2.3. A Proposta do contratado;
- 1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência contratual é de **12 (doze) meses**, contados a partir da assinatura do Contrato e da Autorização de Fornecimento, podendo ser prorrogado, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.2. Os prazos para execução dos serviços são aqueles previstos no Termo de Referência.

2.3. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à multa de mora, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE rescindir unilateralmente o contrato e/ou aplicar as demais sanções previstas.

CLÁUSULA TERCEIRA – EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS ([art. 92, IV, VII e XVIII](#))

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. É expressamente vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo da aplicação de penalidade prevista





na minuta do contrato, tendo em vista a indivisibilidade do objeto sob o aspecto técnico, conforme previsto no artigo 167, inciso II, do Decreto Municipal nº 8.109/2023.

CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor global da contrato é de R\$ (.....), de acordo com o quanto especificado na proposta final da empresa e de acordo com o previsto na tabela abaixo.

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da entrega do objeto da presente licitação, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da licitação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO ([art. 92, V e VI](#))

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE ([art. 92, V](#))

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis durante o período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE ([art. 92, X, XI e XIV](#))

8.1. São obrigações do CONTRATANTE, além das previstas no termo de referência:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;





- 8.4. Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Autarquia para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 8.11. A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.12. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.
- 8.13. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 8.14. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.





8.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))

9.1. O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente





em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Se for o caso, promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente,





cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 \(LGPD\)](#), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do [art. 6º da LGPD](#).





10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.8. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.9. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por





meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XIII](#))

11.1. Os equipamentos ofertados deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses a contar do seu recebimento definitivo pela Autarquia.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº](#)





14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 4% (quatro por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 04 (quatro) dias;

(2) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(3) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(4) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(5) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato.

(6) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de 0,5% a 30% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15





(quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.9. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.10. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

12.11. A personalidade jurídica do CONTRATADO poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos





ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.12. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

12.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

12.14. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.





13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139](#) da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico- financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

13.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).





CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Órgão deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- *Elementos de Despesa: 0.0.0.0.00.00.000 – xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx*

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS ([art. 92, III](#))

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO





17.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA– FORO ([art. 92, §1º](#))

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Sertãozinho para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Sertãozinho, de ... de 2026

Representante legal do CONTRATANTE
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1- - 2-





ANEXO AO CONTRATO

C-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (Contratos)

CONTRATANTE: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA, ESGOTO E MEIO AMBIENTE DE SERTÃOZINHO

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DE SOFT STARTER E INVERSORES DE FREQUÊNCIA PERTENCENTES À AUTARQUIA, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, TRANSPORTE DO EQUIPAMENTO (RETIRADA/DEVOLUÇÃO), NOS TERMOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E ANEXOS.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);





e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados

2. Damos-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Alex Fabian Cardin de Sousa

Cargo: Superintendente

CPF: RG:

Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: Alex Fabian Cardin de Sousa

Cargo: Superintendente

CPF: RG:

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: Alex Fabian Cardin de Sousa

Cargo: Superintendente

CPF: RG:

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional: _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Nome: Renan Alves Brandão

Cargo: Diretor Administrativo





CPF: RG: SSP/SP

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

-mail institucional _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: Alex Fabian Cardin de Sousa

Cargo: Superintendente

CPF: _____ RG: _____

Assinatura: _____

Advogado:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.





ANEXO V

MODELO DE PLANILHA DE PROPOSTA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026

PROCESSO Nº 003/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DE SOFT STARTER E INVERSORES DE FREQUÊNCIA PERTENCENTES À AUTARQUIA, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, TRANSPORTE DO EQUIPAMENTO (RETIRADA/DEVOLUÇÃO), NOS TERMOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E ANEXOS.

DADOS DO PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ/CPF:

ENDEREÇO COMPLETO:

TELEFONE:

E-MAIL INSTITUCIONAL:

Objeto licitado				Valor (R\$)
Item	Qtd	Un	Descrição	Total
01	01	UN	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA DE SOFT STARTER E INVERSORES DE FREQUÊNCIA PERTENCENTES À AUTARQUIA, COM O FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA	R\$





			ESPECIALIZADA, TRANSPORTE DO EQUIPAMENTO (RETIRADA/DEVOLUÇÃO), NOS TERMOS E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E ANEXOS	
--	--	--	--	--

Nos valores propostos deverão estar inclusos, além do lucro, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do proponente que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento do objeto licitado. Não será admitida a proposta parcial, isto é, a oferta deverá abranger a integralidade do lote único.

AS EMPRESAS TAMBÉM DEVERÃO PREENCHER A PLANILHA DO ANEXO DE PROPOSTA, SOB PENA DE DESCLASSIFICAÇÃO.

Validade da proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo de entrega: conforme Termo de Referência

Todos os custos decorrentes da entrega correm por conta da CONTRATADA.

DADOS BANCÁRIOS DE ACORDO COM CNPJ DA EMPRESA:

BANCO Nº Nº DA AGÊNCIA Nº DA CONTA CORRENTE:

Apresentar os dados do (s) responsável (is) pela assinatura do contrato e do Termo de Ciência e Notificação, conforme abaixo:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional: _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

OBS: A não apresentação dos dados acima, não será motivo de desclassificação da proposta.

Declaramos nossa inteira submissão aos preceitos legais em vigor, especialmente os da





SAEMAS
A Serviço do futuro de Sertãozinho



Lei Federal nº 14.133/2021, e às cláusulas e condições do respectivo Edital que trata a presente proposta; que observaremos, integralmente e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)





ANEXO DE PROPOSTA

ITEM		DESCRIÇÃO	UN	QTD	UNIT	TOTAL
Inversor de Frequência – BRCFW110105T4SZ – 05 UNIDADES						
SERIE – 1097727504 / 1097727505 / 1027521188 / 1032358158 / 105586347						
1		Cartão de Potência	UN	6	R\$	R\$
2		Cartão de Font	UN	6		
3		Cartão de Control	UN	6		
4		Módulo IGBT	UN	6		
5		Modulo Retificador	UN	6		
6		Flat/Fita de Comunicação	UN	6		
7		IHM	UN	6		
8		Ventilador de potência	UN	6		
9		Ventilador Interno	UN	6		
10		Bornes Potência/Controle	UN	6		
11		Capacitor Eletrolitico	UN	6		
12		Sensor Temperatura	UN	6		
Inversor de Frequência – CFW090086T3848PSZ – 01 UNIDADE						
SERIE – BQ6828						
13		Cartão de Potência	UN	6		
14		Cartão de Fonte	UN	6		
15		Cartão de Controle	UN	6		
16		Módulo IGBT	UN	6		
17		Modulo Retificador	UN	6		
18		Flat/Fita de Comunicação	UN	6		
19		IHM	UN	6		
20		Ventilador de potência	UN	6		
21		Ventilador Interno	UN	6		





22		Capacitor eletrólítico	UN	6		
23		Bornes Potência/Controle	UN	6		
24		Sensor Temperatura	UN	6		
Inversor de Frequência – CFW090105T3848PSZ – 05 UNIDADE						
SERIE – 1023031191 – 1004026512 – 1025943748 – 1025943746 – 579225						
25		Cartão de Potência	UN	6		
26		Cartão de Fonte	UN	6		
27		Cartão de Controle	UN	6		
28		Módulo IGBT	UN	6		
29		Modulo Retificador	UN	6		
30		Flat/Fita de Comunicação	UN	6		
31		IHM	UN	6		
32		Ventilador de potência	UN	6		
33		Ventilador Interno	UN	6		
34		Capacitor eletrólítico	UN	6		
35		Bornes Potência/Controle	UN	6		
31		Sensor Temperatura	UN	6		
Inversor de Frequência – CFW090060T3848PSZ – 02 UNIDADE						
SERIE – 77878 – 1003255964						
32		1. Cartão de Potência	UN	6		
33		2. Cartão de Fonte	UN	6		
34		3. Cartão de Controle	UN	6		
35		4. Módulo IGBT	UN	6		
36		5. Modulo Retificador	UN	6		
37		6. Flat/Fita de Comunicação	UN	6		
38		7. IHM	UN	6		
39		8. Ventilador de potência	UN	6		
40		9. Ventilador Interno	UN	6		





41		10. Capacitor eletrólítico	UN	6		
42		11. Bornes Potência/Controle	UN	6		
43		12. Sensor Temperatura	UN	6		
Inversor de Frequência – CFW090030T3848 – 01 UNIDADE						
SERIE – 1003664473						
44		Cartão de Potência	UN	6		
45		Cartão de Fonte	UN	6		
46		Cartão de Controle	UN	6		
47		Módulo IGBT	UN	6		
48		Modulo Retificador	UN	6		
49		Flat/Fita de Comunicação	UN	6		
50		IHM	UN	6		
51		Ventilador de potência	UN	6		
52		Ventilador Interno	UN	6		
53		Capacitor eletrólítico	UN	6		
54		Bornes Potência/Controle	UN	6		
55		Sensor Temperatura	UN	6		
Inversor de Frequência – CFW110105T452 – 01 UNIDADE						
SERIE – 1040672839						
56		Cartão de Potência	UN	6		
57		Cartão de Fonte	UN	6		
58		Cartão de Controle	UN	6		
59		Módulo IGBT	UN	6		
60		Modulo Retificador	UN	6		
61		Flat/Fita de Comunicação	UN	6		
62		IHM	UN	6		
63		Ventilador de potência	UN	6		
64		Ventilador Interno	UN	6		





65		Bornes Potência/Controle	UN	6		
66		Capacitor Eletrolítico	UN	6		
67		Sensor Temperatura	UN	6		
Inversor de Frequência – CFW090312T3848PSZ – 02 UNIDADE						
SERIE – 1004038457 – 1004046744						
68		Cartão de Potência	UN	6		
69		Cartão de Fonte	UN	6		
70		Cartão de Controle	UN	6		
71		Módulo IGBT	UN	6		
72		Modulo Retificador TD	UN	6		
73		Flat/Fita de Comunicação	UN	6		
74		IHM	UN	6		
75		Ventilador de potência	UN	6		
76		Ventilador Interno	UN	6		
77		Capacitor eletrólítico	UN	6		
78		Bornes Potência/Controle	UN	6		
79		Sensor Temperatura	UN	6		
Inversor de Frequência – CFW090070T3848PSZ – 04 UNIDADE						
SERIE – 1016735821 – BO7789 – 202413 – 1016733722						
80		Cartão de Potência	UN	6		
81		Cartão de Fonte	UN	6		
82		Cartão de Controle	UN	6		
83		Módulo IGBT	UN	6		
84		Modulo Retificador	UN	6		
85		Flat/Fita de Comunicação	UN	6		
86		IHM	UN	6		
87		Ventilador de potência	UN	6		
88		Ventilador Interno	UN	6		
89		Capacitor eletrólítico	UN	6		





90		Bornes Potência/Controle	UN	6		
91		Sensor Temperatura	UN	6		
Inversor de Frequência – CFW090045T3848PSZ – 01 UNIDADE						
SERIE – 1004046357 -						
92		Cartão de Potência	UN	6		
93		Cartão de Fonte	UN	6		
94		Cartão de Controle	UN	6		
95		Módulo IGBT	UN	6		
96		Modulo Retificador	UN	6		
97		Flat/Fita de Comunicação	UN	6		
98		IHM	UN	6		
99		Ventilador de potência	UN	6		
100		Ventilador Interno	UN	6		
101		Capacitor eletrólítico	UN	6		
102		Bornes Potência/Controle	UN	6		
103		Sensor Temperatura	UN	6		
Serviços em inversor de frequência						
104		Valor – Hora Manutenção	HR	100		
105		Valor – Horas Suporte Técnico/Campo	HR	10		
SOFT – STARTER – SSW060604T2257PSZ – 02 UNIDADES						
SERIE – 1024179033 – 1047569878						
106		Cabo de Interligação com HMI Remota 5m	UN	6		
107		Cartão Auxiliar de Potência CRD61	UN	6		
108		Cartão de Controle CCS6.00	UN	6		
109		Cartão de Potência CPS64.00	UN	6		
110		Cartão de RC Snubber RCS61A.00	UN	6		
111		Conjunto Cartão de Comunicação KUSB	UN	6		
112		CWM105DP-SB955 Contator de By-Pass 127V 50Hz / 150V 60Hz	UN	6		





113		IHM-LCD-SSW06	UN	6		
114		TC 3020A - 2A	UN	6		
115		Tiristor a Disco 1.189A/1.6kV	UN	6		
116		Conjunto 2 Ventiladores 115/230Vca com cabo de 330/430mm	UN	6		
SOFT-STARTER – SSW060480T2257PSZ - 01 UNIDADE						
117		Cabo de Interligação com HMI Remota 5m	UN	6		
118		Cartão Auxiliar de Potência CRD61	UN	6		
119		Cartão de Controle CCS6.00	UN	6		
120		Cartão de Potência CPS64.00	UN	6		
121		Cartão de RC Snubber RCS61A.00	UN	6		
122		Conjunto Cartão de Comunicação KFB-DD-SSW06	UN	6		
123		CWM105DP-SB955 Contator de By-Pass 127V 50Hz / 150V 60Hz	UN	6		
124		IHM-LCD-SSW06	UN	6		
125		TC 2400A - 2A	UN	6		
126		Tiristor a Disco 880A/1.6kV	UN	6		
127		Conjunto 2 Ventiladores 115/230Vca com cabo de 330/430mm	UN	6		
SOFT-STARTER – SSW050085T2246PPZ – 01 UNIDADE						
<u>SERIE – 957338.</u>						
128		Cabo de Interligação com HMI Remota 5m	UN	6		
129		Cartão Auxiliar de Potência CRD61	UN	6		
130		Cartão de Controle CCS6.00	UN	6		
131		Cartão de Potência CPS64.00	UN	6		
132		Cartão de RC Snubber RCS61A.00	UN	6		
133		Conjunto Cartão de Comunicação KUSB	UN	6		





134		CWM105DP-SB955 Contator de By-Pass 127V 50Hz / 150V 60Hz	UN	6		
135		IHM-LCD-SSW06	UN	6		
136		TC 3020A - 2A	UN	6		
137		Tiristor a Disco 1.189A/1.6kV	UN	6		
138		Conjunto 2 Ventiladores 115/230Vca com cabo de 330/430mm	UN	6		
Soft-Starter – SSW070365T5SH2Z – 07 UNIDADE						
SERIE – 1068628764 – 1015677780 – 1015545295 – 1075632591 – 1042959553 – 1040852023 – 1075633612						
139		By Pass Mec4 C44-INT (Versão H2)	UN	6		
140		Conjunto By-pass Mec4 C44-INT (Versão H2)	UN	6		
141		Cartão de Controle CCS7A.00	UN	6		
142		Cartão de Potência CPS74.0	UN	6		
143		Kit TC 1.825A/0.5A	UN	6		
144		Membrana IHM-SSW07-LOC	UN	6		
145		Módulo de Interface IHM-SSW07-LOC	UN	6		
146		Conjunto Tiristor a Disco 550A 1.600V	UN	6		
147		Ventilador Axial 115Vca	UN	6		
148		Ventilador Axial 220-240Vca	UN	6		
149		Jogo de Cabos de Disparo SSW07/08-4 255- 412A FAS	UN	6		
Soft-Starter – SSW070365T5S – 01 UNIDADE						
SERIE – 1017058519						
150		By Pass Mec4 C44-INT (Versão H2)	UN	6		
151		Conjunto By-pass Mec4 C44-INT (Versão H2)	UN	6		
152		Cartão de Controle CCS7A.00	UN	6		
153		Cartão de Potência CPS74.0	UN	6		





154		Kit TC 1.825A/0.5A	UN	6		
155		Membrana IHM-SSW07-LOC	UN	6		
156		Módulo de Comunicação KRS-232	UN	6		
157		Módulo de Interface IHM-SSW07-LOC	UN	6		
158		Conjunto Tiristor a Disco 550A 1.600V	UN	6		
159		Ventilador Axial 115Vca	UN	6		
160		Ventilador Axial 220-240Vca	UN	6		
161		Jogo de Cabos de Disparo SSW07/08-4 255-412A FAS	UN	6		
Soft-Starter – SSW070255T5SH2Z – 02 UNIDADE						
SERIE – 1075550249 – 1016317681						
162		By Pass Mec4 C44-INT (Versão H2)	UN	6		
163		Conjunto By-pass Mec4 C44-INT (Versão H2)	UN	6		
164		Cartão de Controle CCS7A.00	UN	6		
165		Cartão de Potência CPS74.0	UN	6		
166		Jogo de Cabos SSW07-4 255-412A	UN	6		
167		Kit TC 1.275A/0.5A	UN	6		
168		Módulo de Interface IHM-SSW07-LOC	UN	6		
169		Conjunto Tiristor a Disco 550A 1.600V	UN	6		
170		Ventilador Axial 115Vca	UN	6		
171		Ventilador Axial 220-240Vca	UN	6		
172		Jogo de Cabos de Disparo SSW07/08-4 255-412A FAS	UN	6		
Soft-Starter – DANFOSS MCD 3000 – 02 UNIDADE						
SERIE – s/n						
173		Cabo de Interligação com HMI Remota 5m	UN	6		
174		Cartão Auxiliar de Potência CRD61	UN	6		





175		Cartão de Controle CCS6.00	UN	6		
176		Cartão de Potência CPS64.00	UN	6		
177		Cartão de RC Snubber RCS61A.00	UN	6		
178		Conjunto Cartão de Comunicação KUSB	UN	6		
179		CWM105DP-SB955 Contator de By-Pass 127V 50Hz / 150V 60H	UN	6		
180		IHM-LCD-SSW06	UN	6		
181		TC 3020A - 2A	UN	6		
182		Tiristor a Disco 1.189A/1.6kV	UN	6		
183		Conjunto 2 Ventiladores 115/230Vca com cabo de 330/430mm	UN	6		
Soft-Starter – SSW070365T5S422 – 01 UNIDADE						
SERIE – 1016983112						
184		By Pass Mec4 C44-INT (Versão H2)	UN	6		
185		Conjunto By-pass Mec4 C44-INT (Versão H2)	UN	6		
186		Cartão de Controle CCS7A.00	UN	6		
187		Cartão de Potência CPS74.0	UN	6		
188		Jogo de Cabos SSW07-4 255-412A	UN	6		
189		Kit TC 1.825A/0.5A	UN	6		
190		Módulo de Interface IHM-SSW07-LOC	UN	6		
191		Conjunto Tiristor a Disco 550A 1.600V	UN	6		
192		Ventilador Axial 115Vca	UN	6		
193		Ventilador Axial 220-240Vca	UN	6		
194		Jogo de Cabos de Disparo SSW07/08-4 255- 412A FAS	UN	6		
Soft-Starter – SSW080255T5S422 – 01 UNIDADE						
SERIE – 1012728334						
195		By Pass Mec4 C44-INT (Versão H2)	UN	6		
196		Conjunto By-pass Mec4 C44-INT (Versão	UN	6		





		H2)				
197		Cartão de Controle CCS7.80	UN	6		
198		Cartão de Potência CPS74.8	UN	6		
199		Jogo de Cabos de Disparo 255-412A	UN	6		
200		Kit TC 1.275A/0.5A	UN	6		
201		Módulo de Interface IHM-SSW07-LOC	UN	6		
202		Kit de Resistores para Acionamento Multi-Motores	UN	6		
203		Conjunto Tiristor a Disco 550A 1.600V	UN	6		
204		Ventilador Axial 115Vca	UN	6		
205		Ventilador Axial 220-240Vca	UN	6		
Soft-Starter – SSW060312T2257PSZ – 05 UNIDADE						
SERIE – 1039018925 – 1055928905 – 1027727261 – 1032396923 – 1024266509						
207		Cabo de Interligação com HMI Remota 5m	UN	6		
208		Cartão de Controle CCS6.00	UN	6		
209		Cartão de Potência CPS63.00	UN	6		
210		Cartão de RC Snubber RCS61A.00	UN	6		
211		Fusível de Vidro 5 x 20 - 2A - 250V	UN	6		
212		IHM-LCD-SSW06	UN	6		
213		Relé Latching 2NA 48Vcc 200A	UN	6		
214		TC 1560/1.24A - 9.1VA	UN	6		
215		Tiristor a Disco 750A/1.6kV	UN	6		
216		Conjunto 2 Ventiladores 115/230Vca com cabo de 330/430mm	UN	6		
Serviços em Soft-Starter						
217		Valor – Hora Manutenção	HR	100		
218		Valor – Horas Suporte Técnico/Campo	HR	10		

OBS.: As quantidades acima informadas são estimadas para um período de 12





SAEMAS

A Serviço do futuro de Sertãozinho



(doze) meses, sendo utilizadas apenas conforme a sua necessidade. Não haverá estoque de peças pelo SAEMAS.



S A E M A S - Serviço de Água, Esgoto e Meio Ambiente de Sertãozinho - CNPJ 07.750.478/0001-88
Sede Administrativa: Rua Jordão Borgheti, 250 - Jd Recreio - CEP 14170-120 - Sertãozinho - SP
Operacional: Rua Abílio Alves Teixeira, 566 - Jd Alvorada - CEP 14166-120 - Sertãozinho - SP
PABX 16 3946-4646 - Atendimento ao cidadão: 0800-010-4646
Acesso ao web-site: www.saemas.com.br



ANEXO VI

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

(EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA)

A empresa, inscrita no CNPJ nº, constituída, sob NIRE, nº , neste ato representada pelo Sr. ,, brasileiro, casado, natural de, do dia, CPF nº , RG nº, declara sob as penas da lei:

- a) A inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.
- b) Que não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público;
- c) O pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais do edital e seus anexos;
- d) Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório e que o(a) declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- e) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- f) Que cumpre o disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021;
- g) A responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema;
- h) Que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- i) Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- j) Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e
- k) Que a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.
- l) Que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

Cidade, data de 2026

Assinatura





ANEXO A

ITEM		DESCRIÇÃO	UN	QTDE
Inversor de Frequência – BRCFW110105T4SZ – 05 UNIDADES				
SERIE – 1097727504 / 1097727505 / 1027521188 / 1032358158 / 105586347				
1		Cartão de Potência	UN	6
2		Cartão de Font	UN	6
3		Cartão de Control	UN	6
4		Módulo IGBT	UN	6
5		Modulo Retificador	UN	6
6		Flat/Fita de Comunicação	UN	6
7		IHM	UN	6
8		Ventilador de potência	UN	6
9		Ventilador Interno	UN	6
10		Bornes Potência/Controle	UN	6
11		Capacitor Eletrolitico	UN	6
12		Sensor Temperatura	UN	6
Inversor de Frequência – CFW090086T3848PSZ – 01 UNIDADE				
SERIE – BQ6828				
13		Cartão de Potência	UN	6
14		Cartão de Fonte	UN	6
15		Cartão de Controle	UN	6
16		Módulo IGBT	UN	6
17		Modulo Retificador	UN	6
18		Flat/Fita de Comunicação	UN	6
19		IHM	UN	6
20		Ventilador de potência	UN	6





21		Ventilador Interno	UN	6
22		Capacitor eletrólítico	UN	6
23		Bornes Potência/Controle	UN	6
24		Sensor Temperatura	UN	6
Inversor de Frequência – CFW090105T3848PSZ – 05 UNIDADE				
SERIE – 1023031191 – 1004026512 – 1025943748 – 1025943746 – 579225				
25		Cartão de Potência	UN	6
26		Cartão de Fonte	UN	6
27		Cartão de Controle	UN	6
28		Módulo IGBT	UN	6
29		Modulo Retificador	UN	6
30		Flat/Fita de Comunicação	UN	6
31		IHM	UN	6
32		Ventilador de potência	UN	6
33		Ventilador Interno	UN	6
34		Capacitor eletrólítico	UN	6
35		Bornes Potência/Controle	UN	6
31		Sensor Temperatura	UN	6
Inversor de Frequência – CFW090060T3848PSZ – 02 UNIDADE				
SERIE – 77878 – 1003255964				
32		1. Cartão de Potência	UN	6
33		2. Cartão de Fonte	UN	6
34		3. Cartão de Controle	UN	6
35		4. Módulo IGBT	UN	6
36		5. Modulo Retificador	UN	6
37		6. Flat/Fita de Comunicação	UN	6
38		7. IHM	UN	6





39		8. Ventilador de potência	UN	6
40		9. Ventilador Interno	UN	6
41		10. Capacitor eletrólítico	UN	6
42		11. Bornes Potência/Controle	UN	6
43		12. Sensor Temperatura	UN	6
Inversor de Frequência – CFW090030T3848 – 01 UNIDADE				
SERIE – 1003664473				
44		Cartão de Potência	UN	6
45		Cartão de Fonte	UN	6
46		Cartão de Controle	UN	6
47		Módulo IGBT	UN	6
48		Modulo Retificador	UN	6
49		Flat/Fita de Comunicação	UN	6
50		IHM	UN	6
51		Ventilador de potência	UN	6
52		Ventilador Interno	UN	6
53		Capacitor eletrólítico	UN	6
54		Bornes Potência/Controle	UN	6
55		Sensor Temperatura	UN	6
Inversor de Frequência – CFW110105T452 – 01 UNIDADE				
SERIE – 1040672839				
56		Cartão de Potência	UN	6
57		Cartão de Fonte	UN	6
58		Cartão de Controle	UN	6
59		Módulo IGBT	UN	6
60		Modulo Retificador	UN	6
61		Flat/Fita de Comunicação	UN	6
62		IHM	UN	6





63		Ventilador de potência	UN	6
64		Ventilador Interno	UN	6
65		Bornes Potência/Controle	UN	6
66		Capacitor Eletrolítico	UN	6
67		Sensor Temperatura	UN	6
Inversor de Frequência – CFW090312T3848PSZ – 02 UNIDADE				
SERIE – 1004038457 – 1004046744				
68		Cartão de Potência	UN	6
69		Cartão de Fonte	UN	6
70		Cartão de Controle	UN	6
71		Módulo IGBT	UN	6
72		Modulo Retificador TD	UN	6
73		Flat/Fita de Comunicação	UN	6
74		IHM	UN	6
75		Ventilador de potência	UN	6
76		Ventilador Interno	UN	6
77		Capacitor eletrólítico	UN	6
78		Bornes Potência/Controle	UN	6
79		Sensor Temperatura	UN	6
Inversor de Frequência – CFW090070T3848PSZ – 04 UNIDADE				
SERIE – 1016735821 – BO7789 – 202413 – 1016733722				
80		Cartão de Potência	UN	6
81		Cartão de Fonte	UN	6
82		Cartão de Controle	UN	6
83		Módulo IGBT	UN	6
84		Modulo Retificador	UN	6
85		Flat/Fita de Comunicação	UN	6
86		IHM	UN	6
87		Ventilador de potência	UN	6





88		Ventilador Interno	UN	6
89		Capacitor eletrólítico	UN	6
90		Bornes Potência/Controle	UN	6
91		Sensor Temperatura	UN	6
Inversor de Frequência – CFW090045T3848PSZ – 01 UNIDADE				
SERIE – 1004046357 -				
92		Cartão de Potência	UN	6
93		Cartão de Fonte	UN	6
94		Cartão de Controle	UN	6
95		Módulo IGBT	UN	6
96		Modulo Retificador	UN	6
97		Flat/Fita de Comunicação	UN	6
98		IHM	UN	6
99		Ventilador de potência	UN	6
100		Ventilador Interno	UN	6
101		Capacitor eletrólítico	UN	6
102		Bornes Potência/Controle	UN	6
103		Sensor Temperatura	UN	6
Serviços em inversor de frequência				
104		Valor – Hora Manutenção	HR	100
105		Valor – Horas Suporte Técnico/Campo	HR	10
SOFT – STARTER – SSW060604T2257PSZ – 02 UNIDADES				
SERIE – 1024179033 – 1047569878				
106		Cabo de Interligação com HMI Remota 5m	UN	6
107		Cartão Auxiliar de Potência CRD61	UN	6
108		Cartão de Controle CCS6.00	UN	6
109		Cartão de Potência CPS64.00	UN	6
110		Cartão de RC Snubber RCS61A.00	UN	6
111		Conjunto Cartão de Comunicação KUSB	UN	6





112		CWM105DP-SB955 Contator de By-Pass 127V 50Hz / 150V 60Hz	UN	6
113		IHM-LCD-SSW06	UN	6
114		TC 3020A - 2A	UN	6
115		Tiristor a Disco 1.189A/1.6kV	UN	6
116		Conjunto 2 Ventiladores 115/230Vca com cabo de 330/430mm	UN	6
SOFT-STARTER – SSW060480T2257PSZ - 01 UNIDADE				
117		Cabo de Interligação com HMI Remota 5m	UN	6
118		Cartão Auxiliar de Potência CRD61	UN	6
119		Cartão de Controle CCS6.00	UN	6
120		Cartão de Potência CPS64.00	UN	6
121		Cartão de RC Snubber RCS61A.00	UN	6
122		Conjunto Cartão de Comunicação KFB-DD-SSW06	UN	6
123		CWM105DP-SB955 Contator de By-Pass 127V 50Hz / 150V 60Hz	UN	6
124		IHM-LCD-SSW06	UN	6
125		TC 2400A - 2A	UN	6
126		Tiristor a Disco 880A/1.6kV	UN	6
127		Conjunto 2 Ventiladores 115/230Vca com cabo de 330/430mm	UN	6
SOFT-STARTER – SSW050085T2246PPZ – 01 UNIDADE				
<u>SERIE – 957338.</u>				
128		Cabo de Interligação com HMI Remota 5m	UN	6
129		Cartão Auxiliar de Potência CRD61	UN	6
130		Cartão de Controle CCS6.00	UN	6





131		Cartão de Potência CPS64.00	UN	6
132		Cartão de RC Snubber RCS61A.00	UN	6
133		Conjunto Cartão de Comunicação KUSB	UN	6
134		CWM105DP-SB955 Contator de By-Pass 127V 50Hz / 150V 60Hz	UN	6
135		IHM-LCD-SSW06	UN	6
136		TC 3020A - 2A	UN	6
137		Tiristor a Disco 1.189A/1.6kV	UN	6
138		Conjunto 2 Ventiladores 115/230Vca com cabo de 330/430mm	UN	6
Soft-Starter – SSW070365T5SH2Z – 07 UNIDADE				
SERIE – 1068628764 – 1015677780 – 1015545295 – 1075632591 – 1042959553 – 1040852023 – 1075633612				
139		By Pass Mec4 C44-INT (Versão H2)	UN	6
140		Conjunto By-pass Mec4 C44-INT (Versão H2)	UN	6
141		Cartão de Controle CCS7A.00	UN	6
142		Cartão de Potência CPS74.0	UN	6
143		Kit TC 1.825A/0.5A	UN	6
144		Membrana IHM-SSW07-LOC	UN	6
145		Módulo de Interface IHM-SSW07-LOC	UN	6
146		Conjunto Tiristor a Disco 550A 1.600V	UN	6
147		Ventilador Axial 115Vca	UN	6
148		Ventilador Axial 220-240Vca	UN	6
149		Jogo de Cabos de Disparo SSW07/08-4 255-412A FAS	UN	6
Soft-Starter – SSW070365T5S – 01 UNIDADE				
SERIE – 1017058519				
150		By Pass Mec4 C44-INT (Versão H2)	UN	6
151		Conjunto By-pass Mec4 C44-INT (Versão H2)	UN	6
152		Cartão de Controle CCS7A.00	UN	6





153		Cartão de Potência CPS74.0	UN	6
154		Kit TC 1.825A/0.5A	UN	6
155		Membrana IHM-SSW07-LOC	UN	6
156		Módulo de Comunicação KRS-232	UN	6
157		Módulo de Interface IHM-SSW07-LOC	UN	6
158		Conjunto Tiristor a Disco 550A 1.600V	UN	6
159		Ventilador Axial 115Vca	UN	6
160		Ventilador Axial 220-240Vca	UN	6
161		Jogo de Cabos de Disparo SSW07/08-4 255-412A FAS	UN	6
Soft-Starter – SSW070255T5SH2Z – 02 UNIDADE				
SERIE – 1075550249 – 1016317681				
162		By Pass Mec4 C44-INT (Versão H2)	UN	6
163		Conjunto By-pass Mec4 C44-INT (Versão H2)	UN	6
164		Cartão de Controle CCS7A.00	UN	6
165		Cartão de Potência CPS74.0	UN	6
166		Jogo de Cabos SSW07-4 255-412A	UN	6
167		Kit TC 1.275A/0.5A	UN	6
168		Módulo de Interface IHM-SSW07-LOC	UN	6
169		Conjunto Tiristor a Disco 550A 1.600V	UN	6
170		Ventilador Axial 115Vca	UN	6
171		Ventilador Axial 220-240Vca	UN	6
172		Jogo de Cabos de Disparo SSW07/08-4 255-412A FAS	UN	6
Soft-Starter – DANFOSS MCD 3000 – 02 UNIDADE				
SERIE – s/n				
173		Cabo de Interligação com HMI Remota 5m	UN	6
174		Cartão Auxiliar de Potência CRD61	UN	6
175		Cartão de Controle CCS6.00	UN	6





176		Cartão de Potência CPS64.00	UN	6
177		Cartão de RC Snubber RCS61A.00	UN	6
178		Conjunto Cartão de Comunicação KUSB	UN	6
179		CWM105DP-SB955 Contator de By-Pass 127V 50Hz / 150V 60H	UN	6
180		IHM-LCD-SSW06	UN	6
181		TC 3020A - 2A	UN	6
182		Tiristor a Disco 1.189A/1.6kV	UN	6
183		Conjunto 2 Ventiladores 115/230Vca com cabo de 330/430mm	UN	6
Soft-Starter – SSW070365T5S422 – 01 UNIDADE				
SERIE – 1016983112				
184		By Pass Mec4 C44-INT (Versão H2)	UN	6
185		Conjunto By-pass Mec4 C44-INT (Versão H2)	UN	6
186		Cartão de Controle CCS7A.00	UN	6
187		Cartão de Potência CPS74.0	UN	6
188		Jogo de Cabos SSW07-4 255-412A	UN	6
189		Kit TC 1.825A/0.5A	UN	6
190		Módulo de Interface IHM-SSW07-LOC	UN	6
191		Conjunto Tiristor a Disco 550A 1.600V	UN	6
192		Ventilador Axial 115Vca	UN	6
193		Ventilador Axial 220-240Vca	UN	6
194		Jogo de Cabos de Disparo SSW07/08-4 255-412A FAS	UN	6
Soft-Starter – SSW080255T5S422 – 01 UNIDADE				
SERIE – 1012728334				
195		By Pass Mec4 C44-INT (Versão H2)	UN	6
196		Conjunto By-pass Mec4 C44-INT (Versão H2)	UN	6
197		Cartão de Controle CCS7.80	UN	6
198		Cartão de Potência CPS74.8	UN	6





199		Jogo de Cabos de Disparo 255-412A	UN	6
200		Kit TC 1.275A/0.5A	UN	6
201		Módulo de Interface IHM-SSW07-LOC	UN	6
202		Kit de Resistores para Acionamento Multi-Motores	UN	6
203		Conjunto Tiristor a Disco 550A 1.600V	UN	6
204		Ventilador Axial 115Vca	UN	6
205		Ventilador Axial 220-240Vca	UN	6
Soft-Starter – SSW060312T2257PSZ – 05 UNIDADE				
SERIE – 1039018925 – 1055928905 – 1027727261 – 1032396923 – 1024266509				
207		Cabo de Interligação com HMI Remota 5m	UN	6
208		Cartão de Controle CCS6.00	UN	6
209		Cartão de Potência CPS63.00	UN	6
210		Cartão de RC Snubber RCS61A.00	UN	6
211		Fusível de Vidro 5 x 20 - 2A - 250V	UN	6
212		IHM-LCD-SSW06	UN	6
213		Relé Latching 2NA 48Vcc 200A	UN	6
214		TC 1560/1.24A - 9.1VA	UN	6
215		Tiristor a Disco 750A/1.6kV	UN	6
216		Conjunto 2 Ventiladores 115/230Vca com cabo de 330/430mm	UN	6
Serviços em Soft-Starter				
217		Valor – Hora Manutenção	HR	100
218		Valor – Horas Suporte Técnico/Campo	HR	10





ANEXO B – RELATÓRIO DE ENTREGA POR SERVIÇO EXECUTADO

PLANILHA DE MEDIÇÃO					
O.S. __ Vigência de __/__/2026 a __/__/2026 Manutenção Corretiva Equipamento – Contrato __/2026					
Data:					
Patrimônio		Número de Série			
Fabricante		Modelo			
Potência		Tensão / Fase		Rotação:	
Local de Entrega:					
Item	Cod Mat/ Serv	Descrição	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					
14					
15					
16					
17					
18					
19					
20					
21					
22					
23					
24					
25					
26					





27					
28					
29					
30					
31					
				Valor da Medição:	R\$ -
Saldo Original:		Saldo Anterior:		Saldo Atual :	
*Células com asterisco devem ser preenchidas pela contratada conforme quantitativo preliminar e demais informações decorrentes da execução que serão auditadas, quaisquer dúvidas relativas ao quantitativo deverão ser esclarecidas em até 24 horas após a emissão do documento. A falta de resposta impedirá o encaminhamento para pagamento.					
Assinatura e Carimbo da Contratada:			Assinatura e Carimbo do Fiscal do Contrato SAEMAS:		
			Data: / / .		





DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026**

A _____, apresenta, a seguir, os
(Nome completo da empresa)

dados de seu(s) representante(s) legal(is) **para assinatura do CONTRATO:**

NOME(s):

CARGO(s):

NACIONALIDADE(s):

ESTADO CIVIL:

PROFISSÃO:

RG nº.:

CPF nº.:

RESIDÊNCIA (Domicílio):

Confirmamos, a seguir, os dados da empresa para efeito do CONTRATO:

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ nº.:

FONE:

E-mail:

Inscrição Estadual:

Inscrição Municipal:

ENDEREÇO:

Município:

Estado:

CEP:

Conta corrente, se já possuir, no BANCO DO BRASIL S.A.

Agência:

Código da Agência:

Conta corrente nº.:

Declaramos que os dados são de nossa inteira responsabilidade e responderemos, na forma da Lei, por qualquer prejuízo decorrente de falsidade de informação.

_____, _____ de _____ de 2025.

(Carimbo da empresa e assinatura do representante legal)





PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2026
PROCESSO Nº 003/2026

**DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE
PEQUENO PORTE**
(em papel timbrado da licitante)

**ATENÇÃO: ESTA DECLARAÇÃO DEVE SER APRESENTADA APENAS POR
LICITANTES QUE SEJAM ME/EPP.**

Eu, _____, portador do RG nº _____ e do CPF nº _____, representante legal do licitante _____ (*nome empresarial*), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ____/____, Processo nº ____/____, **DECLARO**, sob as penas da Lei, o seu enquadramento na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, nos critérios previstos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como sua não inclusão nas vedações previstas no mesmo diploma legal.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

